



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº 00091.001686/2022-06

1.

DESCRÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAO

1.1.

Este Estudo Tcnico Preliminar (ETP) foi elaborado pela equipe de planejamento da contratao, visando atender aos art. 3, inciso IV e XI, art. 8, inciso I e art. 14, incisos I e II do Decreto n 10.024, de 20 de setembro de 2019, bem como a Instruo Normativa da Secretaria de Gesto do ento Ministrio do Planejamento, Desenvolvimento e Gesto n 5, de 26 de maio de 2017.

1.2.

O documento detalha a Fase de Planejamento da contratao e subsidiar a subsequente licitao do objeto pretendido, dando continuidade ao processo de otimizao e modernizao das instalaes fsicas da Agncia Brasileira de Inteligncia.

1.3.

Apes a desocupao dos ambientes pela Diviso de Ateno a Saude e Segurana no Trabalho (DIASS), parte do bloco U foi disponibilizada para novo uso e ocupao pela Coordenao-Geral de Segurana Orgnica (SEGOR). Entretanto, o novo usurio solicitou alteraes nos ambientes, as quais julgaram ser necessria a segurana e ao conforto dos seus servidores, bem como a adaptao dos locais de trabalho a estrutura de trabalho da unidade.

1.4.

Considerando que a edificao possui idade avanada (aproximadamente 50 anos), sendo observados diversos materiais e elementos das suas instalaes fsicas, inclusive sistemas eltricos e hidrossanitrios, com desgaste avanado e com demandas de manuteno acima da periodicidade mais eficiente e sendo de amplo conhecimento que a Administrao deve zelar pela preservao do seu patrimnio pblico, obrigao bsil e de extrema importncia, e, ainda, tendo em vista a grande quantidade de servios necessrios, no interessante para a Administrao o desenvolvimento de tais atividades pelo contrato de manuteno, dado que demandaria recursos (humanos e materiais) excessivos, comprometendo o desenvolvimento das demais atividades de manuteno (corretivas, preventivas e preditivas) do rgo.

1.5.

Portanto, a contratao de uma empresa especializada de engenharia para a conservao, o reparo e a readequao de espaos para uso e ocupao pela Coordenao-Geral de Segurana Orgnica (SEGOR) se faz necessria para a adaptao dos espaos aos novos usurios e para a readequao das suas instalaes fsicas aos parmetros atuais de salubridade, conforto, acessibilidade e segurana.
2.

DESCRCHO DOS REQUISITOS DA CONTRATAO

2.1.

Para pleno atendimento da demanda, o servio a ser prestado pela futura Contratada dever atender aos seguintes requisitos, abaixo sintetizados e que constaro e sero complementadas quando da elaborao do Termo de Referncia:

2.1.1.

A proposta a ser apresentada por Licitante dever conter obrigatoriamente a descrio do servio e seguir o modelo a ser fornecido pela Administrao, observando, rigorosamente, as especificaes dos materiais e servios constantes no Termo de Referncia, e seus documentos anexos, consultando previamente a equipe de fiscalizao sempre que houver dvidas.

2.1.2.

A Contratada dever garantir condies de salubridade ambiental, ou seja, dever entregar ambientes estanques a gua, evitando acmulo de umidade e proliferao de insetos e microrganismos.

2.1.3.

A Contratada dever empregar materiais que resistam a solicitaes de montagem ou manuteno, ou seja, que suportem as cargas transmitidas por pessoas e objetos nas fases de montagem ou de manuteno.

2.1.4.

Os materiais aplicados no devem apresentar falhas, trincas, fissuras, amassados, sinais de oxidao, recortes sem ferramentas adequadas ou qualquer outro sinal que indique o comprometimento do seu desempenho.

2.1.5.

Os servios contratados devero ser executados de acordo com o Termo de Referncia e seus documentos anexos, em especial o Caderno de Encargos e Especificaes Tcnicas, documentos que sero elaborados em etapa subsequente, aps a aprovao deste ETP.

2.1.6.

Toda mo de obra dever ser fornecida pela Contratada, devendo ser dotada de experincia e qualificada para a execuo do objeto contratado.

2.1.7.

Todos os materiais e ferramentas necessrios a execuo do Contrato devero ser fornecidos pela Contratada, incluindo escadas, furadeiras, chaves de fenda ou qualquer outra ferramenta demandada pelo servio.

2.1.8.

Todos os equipamentos de proteo individual - EPI - e de proteo coletiva - EPC - devero ser fornecidos pela Contratada aos seus colaboradores, certificando-se de que os mesmos sejam utilizados durante toda a execuo dos servios.

2.1.9.

Na execuo dos servios, a Contratada dever proteger paredes, forros, pisos, mveis, grades, vidros, instalaes e demais elementos existentes nos locais de execuo dos servios, com lonas, espuma, placas de madeira compensada e outros materiais adequados, de modo a evitar quaisquer danos ou inconvenientes, a exemplo da infiltrao de gua pelas esquadrias.

2.2.

A modalidade de execuo dos servios ser de empreitada por preo global e o critrio de julgamento da proposta mais vantajosa ser de menor preo.

2.2.1.

A opo pela empreitada por preo global se justifica devido a possibilidade de definir previamente, conforme projetos de engenharia em elaborao, os quantitativos e as caractersticas dos servios a serem executados, com nvel de preciso adequado, viabilizando a contratao do servio por preo certo e total, caracterizado por etapas a serem concludas, otimizando os recursos da Administrao durante a gesto e fiscalizao do Contrato.

2.2.2.

Conforme definido no art. 47 da Lei n 8.666/93, a Administrao fornecer, junto ao Edital, todos os elementos e informaes necessrios para que os Licitantes possam elaborar suas propostas de preos com total e completo conhecimento do objeto da licitao.

2.2.3.

Os documentos tcnicos, tais como os projetos de engenharia e o oramento detalhado, inclusive o cronograma fsico-financeiro, encontram-se em processo final de elaborao e constaro no processo administrativo como anexos do Termo de Referncia.

2.3.

O servio tem escopo definido e no possui natureza continuada.

2.4.

A Contratada dever seguir as seguintes prticas de sustentabilidade, a serem detalhadas e complementadas no Termo de Referncia:

2.4.1.

Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associao Brasileira de Normas tcnicas sobre resduos slidos, bem como as Leis, os Decretos, as resolues e as Instrues Normativas correlatos.

2.4.2.

Adotar medidas que busquem a no gerao, reduo, reutilizao, reciclagem e tratamento de resduos.

2.4.3.

Adotar medidas que garantam o manuseio e o armazenamento ambientalmente adequado dos resduos gerados.

2.4.4.

Dispor os resduos gerados em local ambientalmente adequados, com a devida comprovao, a ser apresentada a fiscalizao, do Controle de Transporte de Resduos (CTR).

2.4.5.

Adotar, durante a execuo dos servios, medidas que evitem o desperdcio de energia eltrica e de gua tratada, bem como sua utilizao de forma eficiente, adotando, sempre que possvel, as medidas abaixo listadas, de forma no exaustiva:

2.4.5.1.

Utilizao de equipamentos com maior eficincia energtica, tais como lmpadas LED e sensores de presena.

2.4.5.2.

Utilizao de equipamentos com maior eficincia de consumo de gua potvel, tais como caixas acopladas de duplo acionamento e equipamentos com fechamento automtico.

2.4.5.3.

Utilizao de redutores de vazo nos pontos de alimentao de gua e de instalaes que propiciem o reuso de gua.

2.4.6.

Monitorar continuamente a existncia de desperdcio de gua e de energia eltrica, adotando, de ofcio ou a pedido da fiscalizao, as aes necessrias para a sua correo.

2.5.

O contrato no demanda a necessidade de transio contratual com a empresa anterior e nem de transferncia de conhecimento, tecnologias ou tcnicas empregadas, na medida em que se refere a servio comum praticado de forma similar por vrias empresas no mercado.

3.

LEVANTAMENTO DE MERCADO

3.1.

A soluo a ser adotada para a conservao, o reparo e a readequao dos espaos encontra-se consolidada, conforme processos anteriores, desta e de outras Administraes, com forma e condies de execuo dos servios bem definidas e solidificada em diversas contrataes junto a empresas privadas de engenharia, o que indica a sua adequao aos requisitos e padres de mercado, sem se observar mudana de metodologias que indiquem a possibilidade de alterao na sua forma atual, razo pela qual optou-se por repetir o modelo j vigente e comum para este tipo de contratao, tcnica e economicamente vivel.

3.2.

Considerando tratarem-se de servios comuns de engenharia, no foi vislumbrada dificuldade para o atendimento das demandas previstas no futuro Contrato pelo mercado local, fato que possibilitar a ampla concorrncia entre os Licitantes. Nesse sentido, no h necessidade de realizao de audincias pblicas para coleta de contribuies a fim de definir a soluo mais adequada visando preservar a relao custo-benefcio.

3.3.

O detalhamento completo dos servios necessrios a execuo do objeto ocorrer aps a aprovao deste ETP, com a consequente elaborao do Termo de Referncia e seus documentos anexos, tais como o oramento detalhado da soluo, conforme prescries do Decreto n 7.983/2013, bem como os projetos de engenharia e as suas especificaes tcnicas.

3.4.

A deciso para a contratao se deve em virtude de a Coordenao de Engenharia e Obras (COENG) da ABIN no possuir quadro de pessoal suficiente para atender integralmente s demandas de adaptaes, de modernizaes e de readequaes do rgo.

4.

DESCRCHO DA SOLUO COMO UM TODO

4.1.

Servio de conservao, reparo e readequao de espaos para uso e ocupao pela Coordenao Geral de Segurana Orgnica (SEGOR), no bloco U, localizado na Quadra 1 do Complexo Sede da ABIN/DF, contemplando, em sntese:

4.1.1.

Remoo e demolio de elementos diversos, que se apresentarem desgastados, inutilizveis, e em final de vida til, com remoo e disposio ambientalmente adequada de todos os resduos gerados.

4.1.2.

Execuo de novas alvenarias e divisrias moduladas, delimitando os novos ambientes de acordo com os seus respectivos usos e ocupaes.

4.1.3.

Execuo de novos revestimentos argamassados de parede (chapisco, emboço, reboco, impermeabilizao semiflexvel, etc.) e seus acabamentos decorativos (em pintura e/ou cerâmica).

4.1.4.

Execuo de novos revestimentos argamassados de piso (contrapiso, impermeabilizao semi flexvel, etc.) e seus acabamentos decorativos (em porcelanato e/ou pedra).

4.1.5.

Execuo de novas instalaes hidrossanitrias, eltricas e de rede, inclusive elementos de infraestrutura (cabos de alimentao e de aterramento, abertura e fechamento de valas, elementos de suporte e de fixao, elementos de proteo e de manobra, etc.).

4.1.6.

Execuo de acabamentos em pedra (granito), tais como soleiras, peitoris, bancadas e divisrias sanitrias.

4.1.7.

Instalao de novos forros, em fibro-mineral, inclusive a sua nova estrutura de fixao e sustentao.

4.1.8.

Instalao de novos equipamentos sanitrios (espelhos, louas, metais e acessrios diversos).

4.1.9.

Instalao de novas esquadrias (portas, janelas e box de vidro temperado para chuveiros) em alumnio natural e/ou em madeira, conforme o caso.

4.2.

Os servios sero detalhados em etapa posterior, com a aprovao deste ETP e com a elaborao do Termo de Referncia e seus documentos anexos, em especial, o oramento de referncia, os projetos de engenharia e o caderno de encargos e especificaes tcnicas.

4.3.

As peas, em estgio avanado de desenvolvimento, foram baseadas em layout inicial (SEI 0538066), aprovado pela unidade usuria final.

5.

ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

5.1.

A rea, estimada, de interveno de 1.638,88m², englobando:

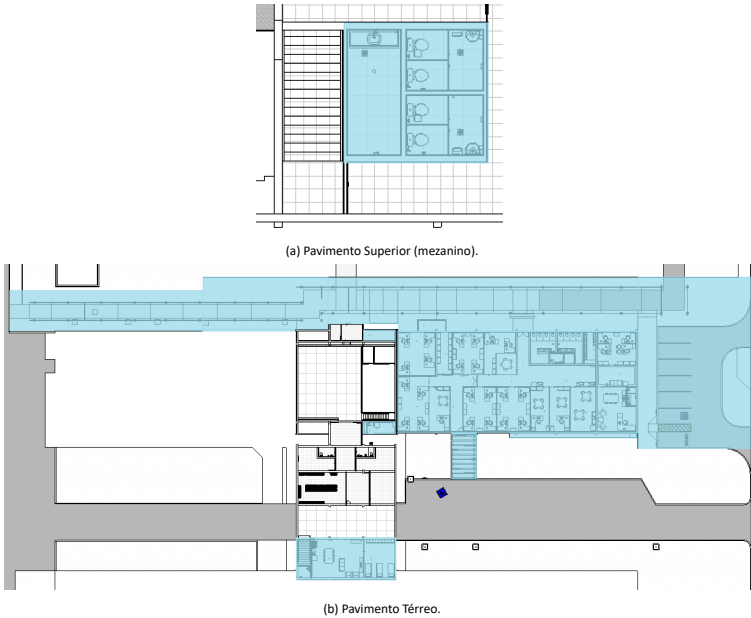
a) A rea a ser propriamente ocupada pela SEGOR.

1 of 4

13/03/2023 15:02

- b) A área das salas técnicas, destinadas às instalações elétrica e de rede.
- c) Á área de copa/DML, destinada a servidores terceirizados, fora da área ocupada pela SEGOR.
- d) Pelas características da nova ocupação da edificação, encontram-se previstos também, no escopo desta contratação, serviços necessários à complementação da passarela e do estacionamento existentes nas suas laterais da edificação.
- e) Uma vez que parte das instalações hidrossanitárias do térreo, localizadas no futuro alojamento da segurança, possui rede de água e de esgoto conectadas a ambientes (copa e instalações sanitárias masculina e feminina) do 1º pavimento e que tais ambientes (do mezanino) também se encontram com elementos (revestimentos de piso e parede, divisórias, equipamentos sanitários, instalações prediais de água e de esgoto, etc.) com idade avançada, serão previstos, no escopo desta contratação, serviços necessários à sua conservação e reparo.

Figura 01 - Escopo da Contratação (aproximadamente 1638,88 m²)



6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. O valor total da contratação foi estimado em **R\$ 2.648.002,72 (dois milhões, seiscentos e quarenta e oito mil dois reais e setenta e dois centavos)**.
- 6.1.1. Tendo em vista que o valor foi estimado de forma parametrizada, com base na área prevista da intervenção e em custos por área de intervenções anteriores, existe uma margem de erro de 30% no valor acima registrado, podendo atingir o patamar superior de R\$ 3.442.403,54 e o patamar inferior de R\$ 1.853.601,91.
- 6.2. Para a estimativa de valor da contratação foram utilizadas contratações semelhantes realizadas neste órgão, com valores corrigidos e parametrizados pela sua área, conforme tabela abaixo.
- 6.2.1. Na série histórica, relativa à contratação de objetos semelhantes nesta Administração, não se observaram inconsistências de destaque nas fases de planejamento da contratação, de seleção do fornecedor ou de gestão do contrato.
- 6.2.2. Os referidos processos foram utilizados como base de estudo do presente ETP pois utilizaram padrões de acabamento e de especificação técnica semelhantes ao pretendido para a presente licitação.
- 6.2.3. Com base nas referidas contratações anteriores, pretende-se incrementar e otimizar a nova contratação, eliminando eventuais riscos e dificuldades observadas.
- 6.3. Destaca-se, mais uma vez, que os serviços serão detalhados em etapa posterior, com a aprovação deste ETP e com a elaboração do Termo de Referência e seus documentos anexos, em especial, o orçamento de referência, os projetos de engenharia e o caderno de encargos e especificações técnicas.

Processo	Orçamento de Referência (SEI)	Local	Área Estimada [m²]	Orçamento de Referência	Valor Contratado	Desconto Obtido [%]	Data-base do orçamento	INCC-DI da data-base	Última Divulgação	INCC-DI	Correção	Orçamento de Referência Corrigido	Orçamento de Referência Corrigido [R\$/m²]
00091.104813/2019-14	0114559	Vestibulares do Bloco Q	660,12	R\$ 958.149,87	R\$ 820.000,00	14,42%	FEV/2020	782,336	FEV/2022	972,904	1,24	R\$ 1.191.544,10	R\$ 1.805,04
00091.105641/2019-04	0197806	Vestibulares e Cantina do Bloco 3	120,66	R\$ 164.970,65	R\$ 132.000,00	19,99%	AGO/2020	805,356	FEV/2022	972,904	1,21	R\$ 199.291,50	R\$ 1.651,68
00091.010088/2020-58	0381161	Anexo II do Bloco J	776,14	R\$ 1.269.903,68	Ainda não licitado	Ainda não licitado	JUN/2021	927,512	FEV/2022	972,904	1,05	R\$ 1.332.052,17	R\$ 1.716,25
00091.002130/2020-67	0471624	Blocos L e M	2.637,5	R\$ 3.353.714,30	Ainda não licitado	Ainda não licitado	NOV/2021	959,001	FEV/2022	972,904	1,01	R\$ 3.402.334,36	R\$ 1.289,98
Média [R\$/m²]												R\$ 1.615,74	R\$ 1.615,74
Área Estimada [m²]												1.638,88m²	1.638,88m²
Valor Total Estimado [R\$]												R\$ 2.648.002,72	R\$ 2.648.002,72

7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

- 7.1. Conforme orientação do TCU, a equipe de planejamento da contratação deve avaliar se a solução é divisível ou não, levando em conta o mercado que a fornece e os seguintes parâmetros: técnico-econômicos; perda de escala; aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.
- 7.2. Do ponto de vista técnico, observa-se que o procedimento convencional para execução do objeto prevê execução ora sequencial, ora simultânea de etapas distintas, o que resulta numa interdependência entre elas. Dessa forma, exige-se um certo nível de sincronia entre as etapas para que o objeto seja concluído dentro do prazo esperado. Dessa forma, evidencia-se a necessidade de tanto o planejamento quanto a execução estarem subordinados a uma única administração, responsável pela compatibilização do cronograma com o fornecimento dos diferentes materiais envolvidos e com a mobilização da mão de obra necessária para concluir cada etapa dentro dos prazos e características determinadas no Termo de Referência e seus anexos.
- 7.2.1. Com isso, a conclusão do objeto dentro do prazo poderia ser comprometida, dado que uma possível vencedora ficaria dependendo da outra para concluir os serviços que antecedem os serviços a ela adjudicados. A contratação do objeto nos moldes previstos proporciona, assim, que a mesma contratada tenha uma visão global do empreendimento, podendo antecipar-se a eventuais alterações ou imprevistos, tendo em vista que todos os serviços estarão sendo desenvolvidos simultaneamente no âmbito de uma mesma empresa.
- 7.2.2. O parcelamento poderia comprometer também as garantias pelos serviços entregues, ao passo que torna difícil a atribuição de responsabilidade por eventuais patologias que venham a se manifestar no objeto. Por isso, do ponto de vista administrativo e de gestão e fiscalização do futuro contrato, a execução dos serviços por uma única empresa possibilita um relacionamento mais fluido e direcionado, entre Contratante e Contratada, com uma única relação para a Administração de responsabilidades, caso seja necessário, futuramente, acionar a empresa para eventuais correções nos serviços entregues.
- 7.3. Do ponto de vista econômico, o parcelamento do objeto geraria custos adicionais à Administração, devido à necessidade de prever pagamento de administração local (engenheiro, encarregado/mestre de obras, locações, mobilizações/desmobilizações, taxas e despesas legais, dentre outros) em cada um dos contratos, aumentando o montante inicialmente previsto. Além disso, perder-se-ia o fator escala e aumentar-se-iam os esforços de fiscalização, que seria realizada em dois contratos distintos.
- 7.3.1. Além disso, o potencial desconto a ser obtido na fase de lances poderia ser reduzido, à medida que ao subdividir o objeto a futura Contratada teria um poder de barganha menor junto aos seus fornecedores parceiros, tendo em vista que as quantidades previstas no objeto seriam divididas em contratações distintas. Em resumo, o fator escala estaria comprometido e, consequentemente, a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.
- 7.4. Por fim, o não parcelamento resulta em um maior valor estimado para a contratação, o que despertaria o interesse de empresas com maior capacidade operacional e, possivelmente, maior experiência e qualidade nos serviços previstos.
- 7.5. Observa-se, portanto, que o parcelamento do objeto não assegura ser técnica e economicamente viável, sem perda de escala, com melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

- 8.1. Não foram identificados contratos correlatos ou interdependentes à presente contratação nas demais frações da ABIN.

9. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

- 9.1. A contratação encontra-se alinhada ao Planejamento Estratégico 2022-2026 da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, instituído pela Portaria nº 491/ABIN/GSI/PR, de 24 de dezembro de 2021 e publicada no Boletim de Serviço Sigiloso nº 81, de 27 de dezembro de 2021, por meio do objetivo estratégico 11 (OE11): "Promover a alocação de recursos de forma estratégica e efetiva", que busca "aprimorar o processo orçamentário e financeiro da ABIN; aperfeiçoar a segurança da documentação, das pessoas, dos sistemas informatizados e das áreas e instalações da ABIN; instituir e aprimorar políticas, programas, métodos, técnicas e normas relacionadas à gestão administrativa e logística da ABIN, em consonância com os princípios que norteiam a Administração Pública; consolidar o processo de planejamento estratégico institucional e avançar no uso de mecanismos de governança corporativa;" (grifo meu).
- 9.2. A contratação pretendida consta no POA/DAL-2022 (K001.016 - Manutenção, Recuperação e Reforma das diversas instalações prediais).
- 9.3. A contratação pretendida consta no PCA/DAL-2022 (Item 290, serviço não continuado, cód. 1627, Manutenção e Reforma Predial - Manutenção, recuperação e reforma das diversas instalações prediais da sede e superintendências estaduais).

- 9.4. Por fim, está também alinhada ao Plano de Logística Sustentável (SEI 0134454) e irá prever medidas tais quais as registradas na seção 2 deste ETP.
10. **RESULTADOS PRETENDIDOS**
- 10.1. Com a contratação em foco, pretende-se disponibilizar aos servidores da agência, notadamente os lotados na Coordenação-Geral de Segurança Orgânica (SEGOR), ambientes confortáveis, salubres e modernos, adaptados à nova utilização pretendida pela área e adequados ao desenvolvimento das suas atividades funcionais, bem como promover a otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros utilizados para a sua manutenção.
- 10.1.1. Benefícios diretos: otimização, modernização e revitalização das instalações físicas, otimizando a durabilidade e a vida útil do patrimônio público. Em última análise, ao disponibilizar uma infraestrutura adequada, os serviços irão permitir também a continuidade dos serviços prestados pela ABIN e bem-estar dos seus servidores, mediante instalações seguras, acessíveis, confortáveis e salubres.
- 10.1.2. Benefícios indiretos: ambiente propício ao desenvolvimento das atividades realizadas nesta edificação, melhoria do clima organizacional, satisfação dos clientes internos (servidores).
- 10.1.3. Impactos ambientais positivos: racionalização dos recursos atualmente empregados e redução das manutenções corretivas necessárias.
- 10.1.4. Impactos ambientais positivos: racionalização dos recursos atualmente empregados, inclusive com redução do consumo de energia elétrica e de água tratada, mediante a modernização das instalações elétricas e hidrossanitárias, com substituição de elementos tecnologicamente defasados e em final de vida útil.
- 10.1.5. Melhoria da qualidade de produtos ou serviços oferecidos à sociedade: otimização do tempo e da qualidade de atendimento às demandas da sociedade, sob a responsabilidade da SEGOR.
11. **PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**
- 11.1. Para a equipe de planejamento, serão encargos desta Administração, como Contratante:
- 11.1.1. Em momento anterior à assinatura do contrato, promover a desocupação das áreas indicadas na Figura 01, que se encontram parcialmente ocupadas, disponibilizando ambientes livres, desocupados e desimpedidos e removendo os objetos que impeçam o início e o desenvolvimento das atividades englobadas pelo Contrato, tais como armários, móveis, eletrodomésticos e demais elementos que dificultem a execução dos serviços, sob pena de prejudicar o seu adequado andamento e, consequentemente, de gerar a necessidade de termos aditivos (de custo e/ou de prazo de execução) ao contrato.
- 11.1.2. Notificar aos servidores lotados nas adjacências das áreas sob intervenção, notadamente no mezanino do bloco U, dos prováveis incômodos associados às atividades que serão desenvolvidas, tais como serviços de demolição que produzem poeira e ruídos, sendo necessárias gestões junto às unidades que serão afetadas a fim de evitar interrupções nos serviços contratados.
- 11.1.3. Realizar as atividades necessárias ao tratamento de falhas em concreto armado, nas vigas e pilares existentes nos locais que serão alvo de intervenções.
- 11.1.3.1. Tendo em vista o alto grau de incertezas, com elementos atualmente ocultos, não será possível estimar e definir os serviços com precisão suficiente para que sejam inseridos na Contratação.
- 11.1.4. Realizar as atividades necessárias à remoção de equipamentos de ar-condicionado e seus componentes complementares (inclusive dutos) existentes nos locais que serão alvo de intervenções.
- 11.1.4.1. Tendo em vista o alto grau de incertezas, com elementos atualmente ocultos, não será possível estimar e definir os serviços com precisão suficiente para que sejam inseridos na Contratação.
- 11.1.5. Realizar as atividades necessárias à preservação e a readequação do sistema de detecção (detectores, acionadores, sirenes e seus elementos de conexão e de fixação) existentes nos locais que serão alvo de intervenções.
- 11.1.5.1. Tendo em vista o alto grau de incertezas, com elementos atualmente ocultos, não será possível estimar e definir os serviços com precisão suficiente para que sejam inseridos na Contratação.
12. **POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**
- 12.1. Os impactos ambientais para a presente contratação se resumem aos resíduos que serão gerados quando da demolição e eventual remoção de sistemas construtivos e demais resíduos gerados com a execução dos serviços.
- 12.2. As medidas de tratamento estarão elencadas no Termo de Referência, em especial, a necessidade de disposição adequada dos resíduos, comprovada por meio de certificados de transporte de resíduos (CTR's).
- 12.3. O caput do Art. 225, norma central para a compreensão inicial do tema sustentabilidade, determina que *"todas têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações"* (q.n.).
- 12.4. Também consta na Carta Magna, no inciso VI do Art. 170, que um dos princípios da ordem econômica e financeira é a *"defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação"*.
- 12.5. No tocante aos serviços de engenharia, de forma abrangente, é necessária uma atenção especial devido ao fato da construção civil ser um dos seguimentos que mais consomem matéria prima e recursos naturais, além de ser um dos grandes responsáveis pela emissão de gases do efeito estufa. Todavia, para a execução do serviço de conservação, reparo e readequação de espaços, objeto deste ETP, compreendido como um serviço comum de engenharia, não se considera uma atividade potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, destarte, compreende-se não ser pertinente na futura contratação a exigência de inscrição no CTF-Ibama.
- 12.6. Não obstante, as construções sustentáveis não se limitam a novos prédios, mas englobam também manutenções, reformas, ampliações, adaptações e mudanças na utilização dos prédios existentes. Por este motivo, essa noção de sustentabilidade deve estar presente desde o estudo técnico de viabilidade, definição do programa de necessidades e concepção arquitetônica. Dessarte, as especificações e os projetos de engenharia, a serem desenvolvidos na sequência deste ETP, serão elaborados de forma a reduzir os resíduos gerados na execução dos serviços contratados, a propiciar economia na manutenção do imóvel, a reduzir o consumo de energia e água tratada, bem como a utilizar tecnologias e materiais que reduzam os impactos ambientais.
- 12.7. Na concepção dos projetos e execução dos serviços, serão observadas as seguintes diretrizes e práticas sustentáveis:
- 12.7.1. Preferência por produtos de baixo impacto ambiental;
- 12.7.2. Preferência por materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- 12.7.3. Preferência pela não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento de resíduos sólidos;
- 12.7.4. Acondicionamento e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;
- 12.7.5. Preferência para produtos reciclados e recicláveis, bem como para bens e serviços que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis;
- 12.7.6. Aquisição de produtos e equipamentos duráveis, reparáveis e que possam ser aperfeiçoados;
- 12.7.7. Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem;
- 12.7.8. Adoção de procedimentos racionais quando da tomada de decisão de consumo, observando-se a necessidade, oportunidade e economicidade dos produtos a serem adquiridos.
- 12.8. A execução dos serviços, objeto deste ETP, gerará resíduos classificados como resíduos da construção civil.
- 12.8.1. A Lei 12.305/2010, em seu artigo 13º, define resíduos da construção civil como *"os gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis"*.
- 12.8.2. A Lei distrital 4.704/2011, em seu artigo 3º, define resíduos da construção civil como *"os provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos de classe A, B, C e D conforme legislação federal, e são classificados como de pequeno ou grande volume, se este for inferior ou superior a 1m³ (um metro cúbico), respectivamente"*.
- 12.8.3. No tocante à gestão dos resíduos da construção civil, as seguintes principais determinações deverão ser observadas:
- 12.8.3.1. Os geradores de resíduos da construção devem ter como objetivo prioritário a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento de resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
- 12.8.3.2. Os pequenos geradores devem seguir as diretrizes técnicas e procedimentos do plano municipal de gestão de resíduos da construção civil, elaborado pela autoridade competente local (Municípios e Distrito Federal), em conformidade com os critérios técnicos do sistema de limpeza urbana local.
- 12.8.3.3. Os grandes geradores deverão, quando for o caso, elaborar e implementar Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil próprio, a ser apresentado ao órgão competente, estabelecendo os procedimentos necessários para a caracterização, triagem, acondicionamento, transporte e destinação ambientalmente adequados dos resíduos.
- 12.8.3.4. Os resíduos da construção civil não poderão ser dispostos em aterro de resíduos domiciliares, áreas de "bota-fora", encosta, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- 12.8.3.5. Conforme a classificação do Art. 3 da Resolução CONAMA 307/2002:
- I - Os resíduos Classe A deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou a aterro de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros.
- II - Os resíduos Classe B deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.
- III - Os resíduos Classes C e D deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 12.8.3.6. O projeto de gerenciamento de Resíduo de Construção Civil - PGRCC, nas condições da resolução CONAMA 307/2002 e da Lei 12.305/2010, deverá ser estruturado em conformidade com o modelo especificado pelos órgãos competentes.
- 12.8.3.7. Os contratos de obras e serviços deverão exigir o fiel cumprimento do PGRCC, sob pena de multa, estabelecendo, para efeito de fiscalização, que todos os resíduos removidos deverão estar acompanhados de controle de transporte de Resíduos, em conformidade com a ABNT, disponibilizando campo específico na planilha de composição de custos.
- 12.8.4. Considerando que, na execução dos serviços objeto deste ETP, será gerado um volume de resíduos de construção civil superior a 1m³, conclui-se que, à luz da legislação distrital, constitui-se um gerador de grandes volumes de resíduos de construção civil.
- 12.8.5. Não obstante, conforme o §1º do Art. 10 da Lei distrital 4.704/2011, combinado com o Art. 23 da Lei distrital 6.138/2018, conclui-se para o caso específico dos serviços objeto deste ETP haverá dispensa da apresentação de Planos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, o que, contudo, não desobrigará o cumprimento das demais disposições relativas à gestão dos resíduos constantes na Lei distrital 4.704/2011.
- 12.8.6. Diante do exposto, alinhado ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - 4ª edição, deverá ser inserido no Termo de Referência, em seção destinada às obrigações da Contratada, que:
- "A contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei 12.305/2010, na Lei distrital 4.704/2011, no Decreto distrital 37.782/2016, na resolução CONAMA 307/2002 e nas demais leis, decretos, normas e resoluções correlatos."
- 12.9. Quando for o caso, para o manejo e descarte de lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista, deverá ser adotada logística reversa, observar o acondicionamento adequado e os normativos e regulamentações editados pelo Poder Público.
- 12.9.1. A Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, de abrangência nacional, determina que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos e embalagens após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos.
- 12.9.2. Os fabricantes, distribuidores, importadores, comerciantes ou revendedores de lâmpadas fluorescentes são responsáveis pelo recolhimento, pela descontaminação e pela destinação final ambientalmente adequada do produto. Para tanto, devem manter um sistema de coleta em recipientes próprios, instalados em locais visíveis, para que os usuários do produto possam descartá-lo adequadamente.
- 12.9.3. Atualmente, há um acordo setorial para implantação do Sistema de Logística Reversa de Lâmpadas Fluorescentes de Vapor de Sódio e Mercúrio e de Luz Mista, assinado no dia 27/11/2014, cujo extrato foi publicado no DOU de 12/03/2015. Seu objetivo é garantir que a destinação final dos resíduos dessas lâmpadas seja feita de forma ambientalmente adequada e em conformidade com a Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- 12.9.4. Nos termos da Resolução CONMETRO nº 01, de 05 de julho de 2016, a participação de fabricantes e importadores de lâmpadas fluorescentes de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista e seus componentes, relacionadas em seu Anexo I, em um sistema de logística reversa é requisito de conformidade para a importação e comercialização desses produtos.
- 12.9.5. Diante do exposto, alinhado ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - 4ª edição, deverá ser inserido no Termo de Referência, em seção destinada às obrigações da Contratada, que:
- "A contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte das lâmpadas fluorescentes de Vapor de Sódio e Mercúrio e de Luz Mista originárias da contratação, recolhendo-as ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 33, inciso V, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, art. 14º do Decreto nº 10.936/2022, e legislação correlata".

13. **DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

- 13.1. Nos termos deste documento, a equipe de planejamento declara ser **viável** a contratação.

14. **ENCAMINHAMENTO**

- 14.1. Solicita-se a análise e aprovação do documento pelo Integrante Administrativo Titular e por integrante do setor usuário final (a SEGOR).
14.2. O documento Apresentação do Escopo da Contratação (SEI 0578507) tenta demonstrar, por meio de imagens ilustrativas, o atual escopo dos projetos, bem como dar uma dimensão da aparência final dos ambientes
14.3. Diante do exposto, encaminhe-se à CGAD para análise e aprovação.

RAFAEL MOTTA DE SANTANA MOREIRA

Equipe de Planejamento - Integrante Técnico Titular
Coordenação de Engenharia e Obras

FELIPE DOS SANTOS ALBUQUERQUE

Equipe de Planejamento - Integrante Técnico Substituto
Coordenação de Engenharia e Obras

- 14.4. Encaminhe-se à Coordenação-Geral de Administração (CGAD) para as devidas providências.

FLÁVIO SILVA MIRANDA

Equipe de Planejamento - Integrante Requisitante Titular e Técnico
Coordenação de Engenharia e Obras

Documento assinado eletronicamente